



O Bloco em luta por uma verdadeira segurança social para todos

Próxima reunião, 7 janeiro, 15h, sede Rua da Palma

- **Nota sobre a reunião de 3 de Dezembro.** De acordo com o decidido anteriormente, um grupo de activistas do Bloco reuniu-se novamente na sede nacional, para discutir o ataque do governo contra a segurança social e a forma concertada de lhe responder. Nesta reunião, contámos com a presença de José Luís Albuquerque, (investigador sobre a segurança social), para discutir a problemática da sustentabilidade da mesma. Esta reunião contou com a participação de vários activistas do Bloco, para estudar formas de dar resposta a este governo e à troika, que nos exploram e roubam todos os dias, deteriorando assim a vida dos portugueses.

Precisamos de organização para que os ativistas saibam o que fazer, discutam e decidam democraticamente as suas prioridades, aprendam com o trabalho dos movimentos unitários e formem coletivos para impulsionar a luta popular.

E temos muitos temas a discutir, sobre como o Bloco de Esquerda deve intervir na sociedade e nos debates e escolhas para a esquerda. É para isso que serve a reunião. Não temos tempo a perder.

- **A curto prazo.** Continuaremos a reunir-nos, na 1ª terça-feira de cada mês, com novos convidados que nos esclarecerão sobre a problemática da segurança Social. **A próxima reunião é dia 7 de Janeiro, às 15h na sede.**
- **Ajuda-nos a convocar esta reunião: há muitos militantes do Bloco que não têm mail e que não recebem esta convocação. Espalha-a junto de todos os camaradas.**
- **Em todo o país.** Para os ativistas que estão envolvidos nos movimentos sociais dos pensionistas e reformados, em outros lugares do país, manteremos esta informação regular, incluindo os textos que discutirmos e um resumo dos nossos trabalhos. E incluiremos nesta folha o que nos mandarem de outras organizações do Bloco sobre as suas intervenções.

Contactos:

Bloco de Esquerda/segurança social,
Rua da Palma, 1100-394 Lisboa, ou
bloco.esquerda@bloco.org.

**não esqueças:
7 JAN, 15h
próxima reunião**



Alguns números sobre a sustentabilidade da Segurança Social*

JOSÉ LUÍS ALBUQUERQUE

Poucas vezes a análise da sustentabilidade da Segurança Social considera uma abordagem social, económica e financeira, sendo mais frequente uma redutora observação financeira ou orçamental, de que é paradigmático o início caceteiro do preâmbulo da recente proposta do Governo de alteração da idade da reforma: "A necessidade de contenção da despesa pública no longo prazo com caráter de definitividade obriga à redução da despesa no setor da segurança social". É ainda comum a referência à Segurança Social misturando subsistemas com diferentes fontes de financiamento, ou privilegiando o enfoque em determinadas prestações sociais, com o intuito de demonstrar que a insustentabilidade, seja de curto ou de longo prazo, resulta do envelhecimento demográfico e dum crescimento inferior do emprego e da massa salarial por relação com o crescimento da despesa com pensões. Se tem sido recorrente o discurso catastrófico sobre a eminente falência da Segurança Social, mas não verificada, contrapor ignorando a existência de constrangimentos ou propondo soluções otimistas autogestionárias, não me parece que contribuirá para a defesa da Segurança Social pública.

Fruto de inúmeras iniciativas dos últimos meses e de alguns números míticos que vão (res)surgindo, inclusive no discurso político, associativo, académico ou na imprensa, deixo para reflexão de cada uma e de cada um uma dezena de frases supostamente de senso comum:

1) Portugal gasta muito em proteção social

Entre 2000 e 2010, Portugal teve em média um peso de 24,0% de despesas de Proteção Social no PIB, quando a média da UE15 e da UE27 foi de 27,8% e 27,6% respetivamente, tendo sido em 2010 em Portugal de 27,0%, ainda inferior à média europeia nessa década e inferior em 3,2 pontos percentuais ao peso da despesa na UE15 (em 2010, na UE27, o peso de despesas de Proteção Social era de 29,4% do PIB).

2) A Segurança Social não combate a pobreza

Não existindo pensões nem transferências sociais para as famílias, a taxa de pobreza relativa (ou taxa de risco de pobreza) seria de 45,4% (com base nos rendimentos de 2011), reduzindo-se para 25,2% considerando rendimentos de pensões e para 17,9% conjugando também outras transferências sociais; as pensões e as transferências sociais retiraram da pobreza relativa cerca de 2,9 milhões de pessoas em 2011.

3) O envelhecimento demográfico é um problema

É inegável o aumento da esperança média de vida e da duplicação da proporção de idosos na população total e da consequente pressão sobre a despesa com pensões, mas do outro lado da pirâmide demográfica pode estar parte da solução, não sendo contudo bons indicadores os que resultam de 2012 e que são os piores desde que há registos estatísticos – menos de 90 mil nascimentos, cerca de 120 mil emigrantes, índice sintético de fecundidade de 1,28 –, porventura consequência das recentes e gravosas políticas económico-sociais.

4) Há muitos pensionistas para poucos ativos

Normalmente é introduzido como fator de pressão do sistema o número de pensionistas, a maior parte das vezes confundido com número de pensões processadas, quando há pensionistas com dupla pensão (sobrevivência e velhice, por exemplo), por vezes ambas de reduzido valor, algumas de pagamento temporário (as de sobrevivência para órfãos mas não só) – em 2008 o número de pensionistas idosos era de cerca de 60% do total de pensões processadas pela Segurança Social.

5) As receitas de contribuições não chegam para pagar pensões

As receitas das contribuições e cotizações dos trabalhadores e das entidades empregadoras, para além de financiarem pensões do sistema previdencial, também financiam algumas prestações de desemprego e parentalidade, entre outras, mas os complementos sociais das pensões mínimas do Regime Geral, as



pensões não contributivas e equiparadas nomeadamente as sociais e as do RESSA Agrícolas, bem como outros complementos/componentes de pensões, são financiados por impostos e representam cerca de 25% do total da despesa com pensões da Segurança Social.

6) Devia ser o IVA a financiar a Segurança Social e não a TSU

A generalidade das receitas pro-venientes da vulgarmente referida TSU, excetuando 5% dessas receitas, são afetas ao financiamento do sistema Previdencial, mas já existindo uma percentagem do IVA consignada à Segurança Social, que não ao sistema Previdencial, de semelhante ordem de grandeza, qualquer alteração da forma de financiamento daquele provocaria uma grande pressão no aumento da(s) taxa(s) de IVA, consequentemente sobre o consumo e sobre a riqueza produzida, independentemente de desvirtuar a relação existente entre contribuições e prestações no sistema Previdencial.

7) As pensões mínimas devem ser aumentadas para combater a pobreza

Sempre foi apanágio de certos setores político-partidários o aumento das pensões mínimas, hoje confinado ao aumento das "pensões mínimas, sociais e rurais", mas tal resulta na valorização do aumento em cerca de 1% de algumas das pensões mínimas, de cerca de 2 a menos de 3 euros mensais em 2013 e um pouco menos em 2014, mas diminuindo o valor de referência garantido pelo Complemento Solidário para Idosos (em 113 euros em 2013) quando este representava mais de 40% de acréscimo de rendimento dos pensionistas que o auferiam – e se estudos apontam que cerca de 30% dos pensionistas com pensões mínimas não são pobres, é fácil encontrar o instrumento de política melhor dirigido ao combate à pobreza dos idosos.

8) As cantinas sociais combatem a exclusão

Uma das bandeiras mais emblemáticas deste Governo na área social tem sido a de generalizar as cantinas sociais, ao mesmo tempo que aperta os critérios de atribuição do Rendimento Social de Inserção, nomeadamente alterando o valor da prestação, não só individual, como em resultado da dimensão do agregado familiar; sendo o RSI um instrumento não apenas para atenuar a severidade da pobreza mas também para promover a inclusão social e profissional, as despesas do Estado com esta prestação numa família de 2 adultos e 2 crianças já são hoje inferiores às transferências para assegurar refeições a essa mesma família numa cantina social – independentemente de outra reflexão que merece ser feita sobre direitos de cidadania.

9) É necessário acelerar a convergência da CGA à Segurança Social

Existem inúmeras especificidades que diferenciam os sistemas, nomeadamente quanto ao financiamento ou à forma de cálculo uma pensão, mas de entre os atuais subscritores da CGA já são mais de 80% os que verão a sua pensão calculada de acordo com as regras da Segurança Social, não sendo a dita convergência dirigida a outros que não os atuais aposentados e pensionistas da CGA ou os admitidos há mais de 20 anos.

10) Não haverá dinheiro no futuro para pagar pensões

Sendo certo que os estudos prospetivos devem ser lidos tendo em consideração as evoluções macroeconómicas e demográficas subjacentes e revistos em função de alterações da realidade condicionadoras de evoluções futuras, não é menos verdade que os últimos estudos nacionais e internacionais sobre a evolução da despesa com pensões em Portugal apontam para um mero crescimento de 0,2 pontos percentuais do PIB entre 2010 e 2060, fruto das reformas introduzidas em 2002 e 2007, ainda que seja aumento bruto e não tenha em consideração o crescimento da carga fiscal sobre o rendimento de pensões. Uma última nota: não deve ser descurado o papel dos Parceiros Sociais e da Concertação Social, nomeadamente no que toca ao acesso a informação rigorosa e atual, pertinente inclusive para a comunidade académica e de investigadores, atores sociais, jornalistas, de modo a que o discurso em torno da insustentabilidade da Segurança Social possa ser contradito, bem como a discussão e confronto sobre os estudos que têm sido produzidos, não podendo ser redutores em torno dos aspetos orçamentais e financeiros, mas dando relevância também aos sociais e económicos.

Poucas vezes a análise da sustentabilidade da Segurança Social considera uma abordagem social, económica e financeira, sendo mais frequente uma redutora observação financeira ou orçamental.



O futuro da Segurança Social depende da luta pelo trabalho, contra a precariedade e o desemprego*

TIAGO GILLOT

● A Segurança Social é um poderoso e insubstituível instrumento de redistribuição, cooperação e solidariedade entre milhões de pessoas. Resultado da luta do mundo do trabalho, é, a par da provisão de serviços públicos universais e de qualidade, a principal arma para corrigir desigualdades e garantir segurança e uma vida coletiva baseada em direitos e responsabilidade. Intensificada a ofensiva dos últimos anos, a Segurança Social é um dos principais alvos das políticas antipopulares em curso, que pretendem oferecer o que é de todos à ganância privada. Para lá do essencial debate técnico e das propostas qualificadas, este combate depende da capacidade do campo do trabalho e do movimento popular. Este texto pretende contribuir com duas pistas, que se cruzam numa hipótese de luta: defender o emprego com direitos e resgatar a confiança das várias gerações de trabalhadores, em particular das mais jovens, para a defesa da Segurança Social. Ou seja, trabalhar para as mais amplas convergências sociais com o objetivo de recuperar o direito ao trabalho, contra a precariedade e o desemprego.

● A urgência: Segurança Social em perigo

Ameaçados pela ofensiva liberal das últimas décadas, os sistemas públicos de previdência estão em perigo. Esta ideia não é um exagerado exercício de agitação. Em Portugal, não resistiu sequer uma geração sem sofrer amputações significativas. Uma insistente bateria de argumentos rudimentares pretende convencer a população de que não é possível manter sistemas de acesso e responsabilidade universal – a demografia desfavorável, a provisão de universal de prestações sem critério, a famosa ineficiência da coisa pública. Este projeto de esvaziamento progressivo da Segurança Social foi, portanto, acompanhado de uma sistemática campanha ideológica com objetivos muito pragmáticos: assegurar a gradual desvinculação e o descrédito no futuro do sistema. Nesta batalha contam mais as forças do que os argumentos. Sucessivos governos foram desfazendo a capacidade e o alcance do sistema, valendo-se ou procurando ativamente a descrença de quem o podia defender. Mais à direita, a ofensiva incluiu mais claramente o argumento da “liberdade” e a glorificação dos produtos financeiros privados. O destino final desta política é a destruição da Segurança Social pública e a entrega do esforço de gerações aos grupos económicos que, com essa força, exigem receber o produto do trabalho coletivo. Este plano é um projeto político de transferência permanente de rendimentos do trabalho para o capital. E é um projeto poderoso, não é apenas uma ameaça. Porque é feito contra a maioria, teve de ganhar aliados, ainda que sobretudo passivos, entre as vítimas. Somos nós. O descontentamento e a descrença crescentes exprimem-se numa desistência corrosiva, inserida num protesto difuso contra as coisas públicas e não contra os mandantes do seu desmantelamento. A versão ainda mais agressiva do atual ciclo de políticas de destruição acelera este sentimento. Entre as novas gerações de trabalhadores adensa-se este afastamento e descrença. As razões são fortes: quem agora se insere na vida laboral e no sistema de contribuições recebe sinais persistentes de um fim anunciado, como o provam as medidas de aumento da idade de aposentação e cortes brutais nas reformas. Mas é na instalação da precariedade e do desemprego como regra social que se concentra o aspeto decisivo e imediato: por um lado, o sistema de Segurança Social não responde às necessidades objetivas de quem para ele contribui; por outro, este é um fator de permanente descapitalização, que é sucessivamente utilizado como justificação para amputar o sistema.

● A precariedade é uma espiral de destruição

A precariedade e o desemprego são, portanto, o principal motor de uma espiral de retrocesso social e regressão do sistema previdencial. Estas duas realidades são inseparáveis, formando um poderoso binómio que ameaça transformar-se em regime social. A precariedade é uma fonte permanente de desemprego; o desemprego é um território de precariedade sem retorno. E já não estamos a falar em alarme com base



em previsões: a precariedade ou desemprego é já a situação maioritária entre a população ativa, com base nas próprias estatísticas oficiais. Percebe-se, assim, a dimensão do problema. Nas suas várias formas, a precariedade diminui o alcance do sistema coletivo de proteção social. A alternância permanente entre precariedade e desemprego, não só diminui a captação de receitas, como vai definindo trajetos marginais ao próprio sistema. Para muitos trabalhadores, são anos de trabalho sem direitos e com baixos salários, intermediados por períodos de desemprego sem apoio. A chantagem do trabalho informal e sem qualquer regulação ganha também argumentos, porque passa a ser uma alternativa que, em muitos casos, não é vista como fundamentalmente diferente de outras experiências que, embora legalmente enquadradas, não asseguraram qualquer garantia para quem trabalha.

É a espiral. Em muitas situações, escandalosamente patrocinadas por vários anos de políticas públicas (e diferentes governos), a adesão ao sistema é cinicamente opcional. E não são apenas os estágios e outras formas de trabalho não intermediado (muitas vezes abusivamente) por uma relação laboral. São, por exemplo, os muitos milhares de bolsas que são a base do trabalho científico no país: para milhares de bolsiros, anos sem fim a desenvolver trabalho altamente qualificado e exigente sem acesso a qualquer tipo de contrato de trabalho, é apenas dada a opção de aderir ao chamado “Seguro Social Voluntário”, que não confere sequer os direitos mais elementares. Gente que, com compreensíveis e pragmáticas razões, opta maioritariamente por não aderir ao sistema. Aqui está novamente a espiral. A contratação a prazo, nas suas várias formas, tornou-se banal e um expediente aparentemente legal para impor a precariedade a largos setores do trabalho. Embora ainda se mantenham as obrigações contributivas de trabalhadores e empresas – olhar para o exemplo dos “mini-jobs” na Alemanha é importante para perceber que o projeto é a desvinculação progressiva –, para muitas destas pessoas está comprometido o acesso aos direitos mais básicos. Em muitas situações, marcadas pela curta duração dos contratos, não são preenchidos os critérios para o apoio na fatal situação de desemprego que se segue a cada ciclo de precariedade. O apoio, mesmo quando chega, tem uma duração curta e valores cada vez menores. Este é um dos braços mais fortes desta espiral. A precariedade é, sem dúvida, em conjunto com o desemprego de longa duração, o passaporte mais cruel para o desemprego sem apoio nem direitos. A situação agravou-se nos últimos anos, com decisões políticas graves, que, mais uma vez, se mascararam de rigor. Apenas a título de exemplo, a determinação de provas de condição de recursos para acesso a prestações sociais afastou muita gente do apoio no desemprego que, embora necessário e justo, foi literalmente roubado por esta via. Vale a pena olhar para exemplos concretos. Entre as vítimas, incluem-se potenciais beneficiários do Subsídio Social de Desemprego (prestação social para quem não cumpriu tempo de desconto suficiente para o Subsídio de Desemprego, ou para quem dele já beneficiou sem ter encontrado trabalho). Muitas destas pessoas, jovens com sucessivas experiências laborais de curta duração, ficam presas na eterna situação de dependência – amarradas aos rendimentos dos pais e sem autonomia. Foi assim, nos últimos anos, com várias prestações essenciais: a solidariedade familiar é substituída por uma sinistra obrigação de dependência, que corrói até as bases da própria Sociedade-Previdência que foi respondendo às insuficiências do sistema. Espiral. O desemprego, destino, pelo menos temporário, de todas as formas de precariedade, é assim uma condição de desespero. Basta verificar que, com as sucessivas medidas de corte e restrição, a larga maioria das pessoas sem emprego não tem atualmente qualquer apoio. Este é, sem dúvida, o principal drama da sociedade portuguesa, edificado deliberadamente pelas opções políticas em curso. Muitas destas pessoas estão simplesmente fora do sistema e com fracas perspetivas de a ele retornar. É a espiral em plano inclinado. Mas há um território em que tudo se parece ter juntado para uma conspiração brutal contra os precários: são os recibos verdes, uma situação que reclama uma avaliação mais detalhada, pela sua dimensão e gravidade.

● **Recibos verdes: quando o sistema violenta em vez de proteger**

Os recibos verdes são uma das mais eficazes estratégias de sobreexploração implementada no conjunto dos países com que Portugal se pode comparar. Supostamente criados para mediar o trabalho independente, são há décadas um recurso para recrutar trabalhadores por conta de outrem sem quaisquer direitos. Equiparados a prestadores de serviços, centenas de milhares de trabalhadores foram condenados a uma espécie de terra de ninguém. Durante mais de duas décadas, este escândalo sobreviveu à evidência pública e não teve uma voz organizada para o combater. Apesar de hoje ser uma realidade amplamente denunciada, a situação destas pessoas continua a agravar-se, em particular nos aspetos relacionados com a Segurança Social. Quem trabalha a recibos verdes enfrenta o mais incompreensível e injusto sistema de contribuições. Como em nenhum outro setor, os descontos estão essencialmente desligados dos rendimentos:



as contribuições mensais, de valor fixo em ciclos de 12 meses, são determinadas com base nos rendimentos do ano anterior, com uma taxa altíssima (cerca de 30%). Para tornar a quotização mais suportável, o sistema inclui um conjunto de normas e exceções, todas com o mesmo sentido: suavizar ligeiramente as prestações, a partir da degradação da carreira contributiva. Além de injusto e burocraticamente pesado, o sistema consiste na coleta de valores muito altos para um histórico de descontos muito baixo, a partir de uma responsabilidade sem qualquer comparticipação patronal (salvo exceções sem significado). Estas regras, além de injustas, estão longe de ser compreendidas pelos seus destinatários. A Administração, esvaziada de profissionais e confrontada basicamente com a mesma dificuldade dos trabalhadores – ou seja, vítima da mesma política de desmantelamento –, situação agravada perante sucessivos remendos para responder às exigências dos precários (“subsídio de desemprego”, reduções, exceções, etc.), vem cometendo erros graves ao longo dos últimos anos, afetando milhares de pessoas. O contacto mais frequente da Segurança Social com quem trabalha a recibos verdes é para aplicar obrigações, cobrar dívidas contraídas na ausência de direitos e rendimentos, ou até mesmo penhorar bens ou ameaçar judicialmente. Não é exagero afirmar que o cenário é catastrófico. É uma emergência que persiste, apesar da evidência, alimentada por um desprezo e uma política de pura seleção social. O ministro Pedro Mota Soares foi mais longe que qualquer outro neste ataque: ele é, sem dúvida, um verdadeiro carrasco dos precários. São centenas de milhares de pessoas, esmagadoramente trabalhadores e trabalhadoras sem os direitos mais elementares, que são empurrados, já não para uma distância ou desconfiança, mas mesmo para uma repulsa em relação à Segurança Social. Um trabalho sistemático de apoio e acompanhamento confronta-se sempre com este ódio latente. A tarefa de resgatar este enorme contingente de trabalhadores para a defesa da Segurança Social é difícilíssimo, mas urgente.

● **Prioridade: combater a precariedade e o desemprego**

A continuidade de um sistema de Segurança Social público, universal e com capacidade de resposta, depende, antes de mais, da força popular para o defender. E para isso são necessárias ideias claras e simples, que distinguem políticas e opções, compromissos reclamados socialmente e de forma organizada. Neste combate se descobrirão as soluções técnicas que possam responder e submeter-se a esse critério. Ou seja, é necessário que o movimento dos trabalhadores, bem como o movimento social em geral, seja capaz de convergir em ideias fortes para uma urgência. Já não é suficiente ir à luta em cada batalha, em que se perde sempre mais um pouco. Sabemos, aliás, que nesta era da ditadura da troika e dos credores, se vão agudizar as condições sociais e políticas para uma chantagem crescente, em que a pressão para a desagregação do sistema vai aumentar. Se não formos capazes, a destruição será rápida e letal. Os sindicatos, todas as organizações de trabalhadores, os movimentos de reformados, podem convergir na tarefa de encontrar uma voz comum que tenha a força para lutar pelo futuro. A Associação de Combate à Precariedade lançou recentemente um contributo para esse debate, propondo que as organizações se juntem numa exigência: quem perdeu o seu emprego tem de ter direito a apoio, garantido a partir da taxação de quem lucra com o desespero coletivo. É apenas uma proposta de trabalho. O essencial é alcançar uma ampla convergência em que a luta pela Segurança Social se insere num combate mais profundo pelo futuro coletivo: derrotar a consagração de um regime social baseado na precariedade e no desemprego, colocando no centro da luta política o direito ao trabalho. É esse o centro da nossa luta: o direito ao trabalho com direitos.